

ATA Nº 21

Ao vigésimo terceiro dia de janeiro de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se pelas 18h30, em sessão extraordinária, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do e Massarelos, nas instalações da Junta, sita à Rua do Campo Alegre, 244.

Estiveram presentes:

- José Francisco Correia Narciso de Lemos Pavão (PPD/PSD)
- Carla Elisabett de Oliveira e Silva (AQUI HÁ PORTO)
- Pedro Miguel Nogueira Soares Pinto (AQUI HÁ PORTO)
- Amândio Monteiro Rodrigues Fontes (AQUI HÁ PORTO)
- Gonçalo Soares Teixeira Norton Lages (AQUI HÁ PORTO)
- Virgínia Celina Braga Oliveira Sendino Cardoso Pinheiro (AQUI HÁ PORTO);
- José António da Rocha Pinheiro (AQUI HÁ PORTO)
- Silvia Lopes Soares (PPD/PSD)
- Carlos Filipe Nobre (PPD/PSD)
- Carlos Eduardo Lopes de Sousa (PPD/PSD)
- Sara Azevedo Vilela Montenegro (PPD/PSD)
- Ema Gabriela Rodrigues de Sousa Quinto Barcelos (PS)
- Ana Elisa de Sousa Almeida (PS)
- Octávio José Bento Gonçalves (PS)
- Tânia Fernanda Silva Teixeira (PS)
- Olga Fernanda Cardinal Cardoso (CDU)
- Delfim Fernando Melo Ferreira de Sousa (CDU)
- Susana Salbany Constante Pereira (BE)

Foram apresentados os seguintes pedidos de substituição:

- Cláudia Isabel Vergueiro Fernandes Costa (AQUI HÁ PORTO), substituída por Pedro Miguel Nogueira Soares Pinto (AQUI HÁ PORTO);
- Albino Bruno Silva Ramos (AQUI HÁ PORTO), substituído por Amândio Monteiro Rodrigues Fontes (AQUI HÁ PORTO);
- Maria de Fátima Leite Ferreira (AQUI HÁ PORTO), substituída por Virgínia Celina Braga Oliveira Sendino Cardoso Pinheiro (AQUI HÁ PORTO);
- José Pedro Faria da Fonseca (PPD/PSD), substituído por Carlos Eduardo Lopes de Sousa (PPD/PSD);
- Albina Fernanda Monteiro Pacheco (PS), substituída por Tânia Fernanda Silva Teixeira (PS);
- Casimiro António Valente Calisto (CDU), substituído por Olga Fernanda Cardinal Cardoso (CDU);
- Joana Pereira de Magalhães Cruz (BE), substituída por Susana Salbany Constante Pereira (BE).
- José Miguel Lello não esteve presente e não se fez substituir.

Após a confirmação dos membros presentes ficou constituída a mesa da Assembleia:

- Presidente - José Francisco Correia Narciso de Lemos Pavão (PPD/PSD)
- 1º Secretário - Carla Elisabett de Oliveira e Silva (Aqui há Porto)
- 2ª Secretário - Gonçalo Soares Teixeira Norton Lages (Aqui há Porto)

Presidente da Assembleia de Freguesia, cumprimentou todos os presentes e deu início à Assembleia de Freguesia extraordinária, tendo passado à primeira chamada. Deu posse ao cidadão Carlos Filipe Nobre pela lista do Partido Social Democrata, em virtude da renúncia ao mandato do membro Maria de Araújo Correia de Moraes Saraiva do PPD/PSD ao cargo, em 18 de dezembro de 2024, Passou-se de seguida para o período da ordem do dia.

Período da ordem do dia:

Ponto um – Aprovação e votação do programa Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense para o ano de 2025

Intervieram:

Octávio Gonçalves, PS, cumprimentou todos os presentes. O PS vê com agrado este ponto, pois, deste modo, implica um marco de autonomia e um pilar fundamental de desenvolvimento local e da democracia que o município delega, de tal modo, criando uma pavimento rico na interligação do município e suas freguesias, funcionando para promover e incentivar o associativismo de forma mais generosa e sustentabilidade transversal, passando pela coesão social, economia, cultura, educação e ambiente. É de considerar, sempre, que, as juntas de freguesia estão num patamar de proximidade às Associações, diminuindo, deste modo, o sentimento negativo de abandono da nossa população. Pois será sempre de construir um pavimento de acessibilidade, tendo as freguesias a primazia de serem as primeiras a responder ao pedido de apoio social e assistência aos nossos fregueses, de forma autónoma. Promover e focalizar os nossos esforços, fundamentalmente, na coesão social, económica e cultural, criando um misto de solidariedade e justiça que comportem recursos de forma sustentável, eficiente e responsável, para com a população das nossas freguesias. Nestes termos, o PS, vota a favor.

José Pinheiro, AQUI HÁ PORTO, é sempre de congratularmo-nos ter uma ferramenta que nos permite dar continuidade, ao que acontece nesta freguesia, que é potenciar as nossas coletividades, com os mecanismos que nos são partilhados pelo município, Sendo assim, damos continuidade ao trabalho que temos feito nessa área. Para além de termos este grande apoio que nos permite premiar a nossa freguesia e, podê-la demarcar em relação a algumas ações que possam acontecer no futuro.

Susana Constante Pereira, BE, cumprimentou todos os presentes. O BE mantém a sua posição, votamos favoravelmente, que a junta faça a gestão deste Fundo de Apoio ao Associativismo, que ele seja uma resposta para as associações. Tal como temos vindo a mencionar, quer na assembleia de freguesia, quer na municipal, entendemos que este fundo, acaba por ser quase um fundo de emergência, a nível dos coletivos. Porque, pode-se ver

todos os anos, pelo tipo de projetos que são candidatos, que as associações estão à procura de poderem subsistir. E, esta, é uma forma de apoiar essa subsistência. Não podemos deixar de assinalar que, a transferência da gestão do fundo de apoio ao associativismo para as freguesias, e, nomeadamente, para esta freguesia, assinalando o que acaba por ser um voto de solidariedade, se assim quiserem, pode ter um contorno de presente envenenado. No sentido em que, nós temos defendido que deve ser aumentado o orçamento para as freguesias e, quando a gestão do fundo de apoio ao associativismo e o orçamento colaborativo passou para as juntas, foi dito que isso consubstanciava um aumento do orçamento das juntas. E, nós sabemos que isso não é verdade. A única que passa para a junta, como valor para apoiar essa mesma gestão, são 5.000,00 euros por ano, que podem ajudar a cofinanciar um recurso humano ou a contratação de um, especificamente, para trabalhar nisto. De resto, o valor que passa para a junta, é o valor que vai para as associações. É nesse sentido que falamos em presente envenenado e nos solidarizamos com as juntas de freguesia, porque não podemos, com esta transferência, dizer, que isso se traduz num aumento, porque não se traduz, pelo contrário, com o aumento da inflação, com as crises que estão instaladas e não é de agora, o orçamento das freguesias, tem de estar cada vez mais estreito, para aquilo que são as necessidades do funcionamento da própria freguesia e dos fregueses.

Delfim Sousa, CDU, cumprimentou todos os presentes. É sempre com grande rogozijo que votamos neste fundo de associativismo, partindo de uma iniciativa da CDU, já há muitos anos. Vamos votar a favor. Pedimos, no entanto, que a junta tente divulgar o mais cedo possível, para que abranja mais associações, as que tiverem condições para aceder ao fundo. Temos, também, alguma preocupação com o valor do fundo, que achamos que deveria ser maior, e não é; e com o aceder ao fundo em várias freguesias da cidade, que haja repetição de instituições que concorram nesta e noutras freguesias, chamamos a atenção aqui e nas outras freguesias para que isto não aconteça.

Sara Montenegro, PSD, queremos só aqui deixar dito que ??? NÃO PERCEPTÍVEL??? damos os parabéns ??? NÃO PERCEPTÍVEL ??? condições às freguesias.

Presidente da Assembleia de Freguesia, dá nota da chegada de Olga Cardoso (CDU).

Coloca a votação o ponto um:

Aprovado por unanimidade.

Ponto dois - Apreciação e votação da 1ª revisão Orçamental do ano de 2025;

Intervieram:

Nelson Trindade, Técnico de Contas, 1ª revisão para o ano 2025, em linha para tentar, como já vamos ver, lançar os concursos de empreitada, acente no saldo orçamental de 2024, não discutindo em pormenor o relatório, sendo que este é só o saldo orçamental, depois, vamos ter o resultado líquido, Porque, este ano, já vamos apresentar as contas, quer a nível orçamental, quer a nível financeiro, Esta revisão acenta na disposição do artigo 77 da lei 82/2023 do orçamento, tem como documento de suporte a demonstração de desempenho

orçamental e as demonstrações da execução orçamental da receita e da despesa. Para ficarmos com algum contexto, o nosso orçamento de 2024 fechou com 2.112.000,00 euros, dos quais foram executados, a nível de receita 2.273,00 euros, taxa de execução 107% e na despesa 1.644.000,00 euros, 77%. Temos saldo orçamental a transitar de 993.204,28 euros. A nível de receitas, maioritariamente, receitas correntes, podemos dizer que 100% do nosso orçamento será receitas correntes. A nível prático, fizemos uma revisão de 477.000 euros, temos um total de receita corrente de 78.99%, em relação ao total e o nosso saldo apresentaria 21.01%. Atenção que, destes 1.796.000,00 euros, 155.000,00€ euros, foram recebidos no final do ano, 138.153,46 do contrato interadministrativo dos polidesportivos. Algo que nós tínhamos no nosso orçamento e quando formos ver a revisão, vamos injetar o saldo e reduzir aquela receita. Daí, também, que, a nível de rubricas as transferências correntes, estejam a apresentar um grau de execução de 110%, tem implicação este montante. Todas as restantes rubricas, IMI, 99.15%, receita de atestados da secretaria com 75%, as nossas mensalidades, 101%. Depois, uma verba que não projetámos, pois é sempre incerta, os rendimentos de propriedade e que recebemos 10.154,00 euros, isto tem a ver os juros bancários. Pela 1ª vez, os bancos deram alguma coisa, ainda assim, não cobre, aquilo que são as nossas despesas bancárias. A nível de despesa, o nosso orçamento, ficou por executar despesa, no valor de 188.000,00€, ainda assim, apresentamos um grau de execução de 77% e a despesa corrente, apresenta 98% do total da nossa despesa. Despesas com pessoal, representam 43% do executado, com grau de execução de 94%. Genericamente, nas despesas correntes, temos um grau de execução de 90%. A nossa não execução, tem a ver com as despesas de capital, por diversas razões, entre as quais, a falta de empreiteiros, não foi possível lançar as obras. As despesas de capital, representam apenas 5.68% do que foi executado. Posto isto, entramos na nossa 1ª alteração modificativa, estamos a solicitar um aumento de orçamento de 646.741,99 euros. Estes .99, têm a ver com os valores que transitaram ou que estão a transitar do orçamento de 2024, relativos a retenções, são valores que só podem ser pagos durante o mês de janeiro, daí perfazer estas contas um pouco esquisitas. O nosso orçamento final, caso seja aprovado, ficará em 2.505.811,97 euros. A nível de receita, estamos a colocar a autorização para que, dos 993.204,38 euros de saldo, sejam utilizados 784.895,45 euros; E, na rubrica, Empresas Públicas e Municipais, que estava orçamentado 152.153,46 euros que seja reduzido em 138.153,46 euros, daí dar os 600.000,00 euros que estamos a pedir de aumento líquido. Estamos a utilizar 76.03% do nosso saldo. Estamos a colocar esta verba, fundamentalmente, na nossa unidade orgânica Administração Local 586.601,71 euros; o nosso investimento representa 75%, estamos a colocar nesta revisão, um pedido de reforço para investimento de 486.000 euros; a nível de despesa transitada, relativamente aos valores que estão em pagamento normal 13.584,70 euros; reforço das despesas com pessoal 38.557,65 euros, isso inclui, já, as alterações para a inclusão das despesas de representação; a nível de bens e serviços, 30.546,00 euros; atividades de educação, desporto e cultura, 58.00,00 euros; social, 1.053,00 euros; as despesas com pessoal representam 6%, que nós estamos a solicitar; despesas com serviços de apoio, 5%; educação, cultura, desporto e social, 3%; a nível de investimento 200.00,00 euros, para o edifício de Massarelos, 10.000,00 euros, para o Centro Social da Arrábida, 150.000,00 euros para o edifício de Lordelo e cemitério, 70.000,00 euros, são as nossas principais obras. Coloca-se ao dispor, para eventuais esclarecimentos.

Presidente da Assembleia de Freguesia, aproveita para fazer uma nota de apresentação, a pedido da Sra. Presidente da Junta, da ROC, que também dá apoio a esta junta e ao Executivo, a Dra, Cristina Pinto Ferreira, que aqui está e nos acompanha. Em caso de

necessidade, poderá intervir, se assim o desejar. Acrescenta, também, a chegada de Ana Almeida, da bancada PS, ficando completa a assembleia com a falta de um dos membros. Questiona, ainda, a Sra. Presidente da Junta se há mais alguma intervenção, por parte do Executivo. Não havendo, abre espaço para as intervenções.

Susana Pereira, BE, tenho ideia que o timming a que estamos a fazer esta alteração é antecipado, relativamente ao habitual, é positivo e tendo em conta o ano em que estamos de eleições, quanto mais se puder antecipar, melhor. Relativamente às contas de 2024, aparecia um valor de quase 500.000,00 euros e outras receitas, gostaria de perceber a que dizem respeito, por exemplo, há uma rubrica que diz "taxas de bens" e uma outra "vendas de bens", gostava de perceber o valor e do que estamos a falar. Quanto à questão da não execução, foi aqui já esclarecido que tem a ver com o fato de não ter sido possível a execução de obra, mas só para perceber se a percentagem de execução tem diretamente a ver com isso, ou se há variantes. Não percebi muito bem a explicação que fez, no que toca a reduzir à rubrica Empresas Públicas e Municipais, o que é que é essa rubrica, originalmente, o que ela seria e o que significa essa redução.

Tânia Teixeira, PS, cumprimentou todos os presentes. No plano plurianual, no investimento o porquê do aumento e de onde é proveniente; porque é que está mencionada uma grande verba para o edifício de Massarelos (200.000,00 euros), edifício de Lordelo (150.000,00 euros) e cemitério (70.000,00 euros). O PS irá abster-se, não tem nada a opor mas, dado que está associado ao orçamento, logo, mantemos a mesma posição, em concordância com as votações anteriores.

José Pinheiro, AQUI HÁ PORTO, cumprimentou todos os presentes. Dá os parabéns, porque, por aquilo que vê, há execuções orçamentais de 107%, 75%, o que é muito positivo. Quando temos execuções orçamentais de 107%, significa que, para além do que foi previsto, foram executados mais 7%. Para além disso e, tendo em conta, a evolução e necessidades que se tem de incluir o que não se executou no ano passado, a implementação desse aumento orçamental do ano passado, vai permitir que a percentagem de execução seja de 100% e não 107%, que é o ideal em termos de gestão. Muito contente por ver estes números. ???????? NÃO PERCEPTÍVEL ????

Nelson Trindade, Técnico de Contas, só nesta intervenção final, já está justificada a questão da nossa taxa de execução, excelente, eu acho. Porque, efetivamente, 70% de uma taxa de execução num orçamento de despesas, já é bom. Claro que, aqui estamos a falar de uma taxa de execução da receita de 107%, ou seja, cumprimos tudo o que devíamos ter recebido, falhámos, não conseguimos executar, mas com 80%. Vou responder sobre as outras despesas correntes, sem tirar direito de antena na próxima assembleia, porque é nessa que vão ser discutidas as contas. As outras receitas correntes, são as notas de crédito. São no início do ano e são relativas a despesas feitas no ano passado. Eventualmente, acertos de seguros, que é muito frequente, ou EDP. Não é um valor muito substancial, 1.500,00 euros. Mas, convido a ver, quando tivermos o relatório de contas, para ser analisado antes da assembleia, em pormenor. Sobre o saldo de gerência, estamos a pedir um aumento de 646.000 euros, mas, se formos ver, na receita, nós estamos a dizer que queremos utilizar o saldo de 784.895,45 euros, reduzindo uma receita que já está no nosso orçamento. No ano passado, falou que iriam colocar a receita dos ringues, contudo, a Câmara poderá pagar até ao final do ano e, foi isso que aconteceu. O que estamos a fazer é retirar receita no orçamento,

compensando isso com o próprio saldo, para não estarmos a sobreorçamentar. Sobre o investimento, aumentámos, porque os preços estão muito mais altos. A nível de obras, o que está pensado, é exatamente o que já aqui tinha sido transmitido, contudo, os orçamentos que o mercado nos está a dar, é tudo muito mais caro, daí este reforço ao inicialmente previsto. Coloca-se ao dispor, para esclarecimentos adicionais.

Delfim Sousa, CDU, a CDU vê com agrado a correção e execução interessante do orçamento, não sendo nós a fazê-lo, mesmo assim, achamos que está correta, daí, votaremos a favor.

Susana Constante Pereira, BE, sendo a própria, ou a deputada Joana Cruz, haverão de poder acompanhar uma análise mais fina das contas, quando for o momento. O BE, vai abster-se, em coerência com a posição que tem assumido no orçamento. Gostaria de fazer uma nota sobre, conforme se pode verificar no último slide, uma das coisas prevista é uma verba para investir nos equipamentos de Massarelos e Lordelo. Crê que nos cabe, enquanto assembleia de freguesia, reforçar o pedido de que se criem as condições para que as assembleias de freguesia possam acontecer de forma descentralizada. É uma coisa que, desde o 1º mandato da Sra. Presidente, falamos, falamos como sendo uma preocupação partilhada e, é pena que estejamos no último ano deste terceiro mandato, deste Executivo, simplificando, e que isso não tenha sido possível acontecer. Que esse investimento se possa traduzir nesta descentralização, que nos parece que serve as pessoas, também, e pode promover, até, uma maior participação do que aquela que tem acontecido e que temos feito nota que tem sido mais reduzida do que o que já foi no passado, até.

Presidente da Assembleia de Freguesia, interveio para dizer que, talvez pela localização, acessos, circunstâncias, bem como a amplitude da sala, *mea culpa* lhe seja dada, em boa verdade, tem uma maior simpatia pelo Salão de Massarelos. Na verdade, já foram realizadas assembleias no salão de Lordelo e não aumentou o público e, do que foi constatado, aumentou a dificuldade de lá chegar. E, dada a distância entre ambos os locais, não considera que tal, crie diminuição de desigualdades ou aumento de iniquidades, no acesso a uma assembleia de freguesia.

Susana Constante Pereira, BE, apenas acrescentar um argumento para esta “descentralização” é que a nossa freguesia é uma união de freguesias, união de duas freguesias. Alternar a realização destas assembleias numa e noutra, vai de encontro a essa questão.

Presidente da Assembleia de Freguesia, deixa a nota que, sem estender muito a discussão, em bom rigor, dado ser uma união de freguesias, só deveria haver um salão nobre, isso sim, seria a integração numa só, seria uma orientação para a unificação das freguesias. Posto isto, mostra a sua disponibilidade para que a assembleia de freguesia seja realizada no salão de Lordelo.

Presidente da Junta, Sofia Maia, interveio para informar que, por curiosidade, até as variadas associações, partidos políticos ou instituições, apesar da a junta indicar as duas opções de salão, maioritariamente, preferem o salão nobre de Massarelos. E referem motivos como o estacionamento e dimensão da sala. Acredita que são as circunstâncias ao redor que assim o proporcionam.

Colocado a votação o ponto dois:

Favor – 13 (6, AHP; 5, PSD; 2 CDU)

Contra – 0

Abstenções – 5 (1, BE; 4, PS)

Por fim, e não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da mesa da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Presidente da Mesa, Francisco Pavão

1º secretário, Carla Silva

2º secretário, Gonçalo Lages



